



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

Processo nº: 12.165/2015-e A.
Jurisditionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.
Assunto: Inspeção.
Ementa: Ofício nº 083/2014-CF. Possíveis irregularidades na aquisição, por dispensa de licitação, de *kits* de neuroestimulação. Decisão nº 3.879/2014. Inspeção. Decisão nº 4.386/2017. Conhecimento. Manifestação da SES/DF. Retorno dos autos à SEAUD. Decisão nº 3.945/2018: Recomendações e determinações ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal - IHBDF. Envio de cópia. Alerta à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Nesta fase: Análise de diligência relacionada ao planejamento e execução dos processos de aquisição e ao estabelecimento de protocolo clínico. Unidade Técnica: pelo cumprimento parcial. Reiteração e proposição de novas medidas. Ministério Público: aquiesce. Voto convergente.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Inspeção autorizada pelo Tribunal (Decisão nº 3.879/2014), conforme solicitado pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, por meio do Ofício nº 083/2014-CF, sobre possíveis irregularidades na aquisição de *kits* de neuroestimulação pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.

Nesta fase processual, examina-se o cumprimento de diligência, determinada na Decisão nº 3942/2018 (e-Doc BF53F7E2, pç. 129) nos seguintes termos:

“II – determinar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF que remeta a esta Corte, no prazo de 90 (noventa) dias: a) Plano de Ação com vista a aperfeiçoar o planejamento de aquisições de kits para neuroestimulação, mantendo controle da demanda da rede, das compras



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

realizadas, da utilização efetiva e dos estoques mantidos, com registro de informações dos produtos, nome e número SES dos usuários, inclusive com previsão de troca; b) Relatório acerca das providências adotadas com vistas ao estabelecimento de Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, nos moldes do art. 19-O, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.080/1990; c) Relatório de aquisições de kits de neuromodulação, constando: modalidade de seleção de fornecedores; propostas; critérios de seleção; data de aquisição; pesquisa de preço realizada; componentes; marca; preço por item; número SES do usuário (caso o dispositivo já estiver implantado), e a documentação comprobatória da publicidade dada a todas as aquisições relacionadas; III – recomendar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF que, enquanto não implementados os Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, submeta à análise e à aprovação de um colegiado de especialistas em neurocirurgia, as prescrições médicas relacionadas ao tratamento de neuromodulação, tanto com relação ao exame de compatibilidade com as necessidades do paciente quanto às indicações ou restrições de especificidades técnicas dos equipamentos envolvidos; IV- alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF de que é de sua competência a supervisão da gestão do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF, inclusive em relação às determinações e recomendações proferidas por esta Corte;”

Em atendimento à determinação, o IHBDF encaminhou a esta Corte o Ofício SEI-GDF nº 2724/2018-SES/HBDF (e-Doc C35B6505, pç. 138), que ingressou, tempestivamente, no TCDF em 21.11.2018. Na mesma data, a SES protocolou no Tribunal o Ofício SEI-GDF nº 2799/2018-SES/GAB (e-Doc 9F94B4DF, pç. 139), por meio do qual encaminhou outra cópia do expediente remetido pelo IHBDF.

A SEAUD realizou o exame pontual dos esclarecimentos prestados pelo IHBDF em atenção aos itens II e III da Decisão nº 3942/2018 e, por meio da Informação nº 11/2019 (e-Doc BD2C4584-e), apresentou as seguintes conclusões/sugestões:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

32. Constatase que a maioria das medidas exigidas no âmbito da Decisão 3942/2018 não foram satisfatoriamente atendidas, apesar de algumas estarem em andamento, a exemplo da elaboração de *Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação*.

33. Em suma, tem-se que o item II.a pode ser considerado não atendido, o item II.b parcialmente atendido e o item III superado, em virtude das informações apresentadas quanto à elaboração dos protocolos.

34. Além disso, pode ser considerado satisfatório os esclarecimentos apresentados pelo IHBDF em atenção ao item II.c da Decisão nº 3942/2018, sem prejuízo de futuras averiguações, tendo em vista a necessidade de observância contínua deste dispositivo.

35. Por fim, cumpre ressaltar que as determinações devem ser direcionadas ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, diante da edição do Decreto nº 39.674, de 19.01.2019.

IV. Proposições

36. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I. tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 2724/2018-SES/HBDF e anexo (e-Doc C35B6505) e do Ofício SEI-GDF nº 2799/2018-SES/GAB (e-Doc 9F94B4DF), encaminhados em atendimento à Decisão nº 3942/2018; II. considerar:

- a) não atendido o item II.a da Decisão nº 3942/2018;
- b) parcialmente atendido o item II.b da Decisão nº 3942/2018;
- c) satisfatórios os esclarecimentos apresentados pelo IHBDF em atenção ao item II.c da Decisão nº 3942/2018, sem prejuízo de futuras averiguações para aferição da efetiva realização dos registros exigidos para fins de publicidade das aquisições;
- d) superado o item III da Decisão nº 3942/2018, em razão da iminência da aprovação dos Protocolos e Diretrizes Clínicas e Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, exigidos no item II.b da Decisão nº 3942/2018;

III. determinar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF que no prazo de 60 dias:

- a) em reiteração ao item II.a da Decisão 3942/2018, apresente as medidas concretas e os instrumentos de controle empregados para fins de gerenciamento do: 1) planejamento das aquisições; 2) levantamento das demandas; 3) realização das compras; e 4) utilização dos neuroestimuladores, inclusive dos procedimentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

adotados para registro e rastreabilidade das informações dos usuários destinatários dos produtos, incluindo o código SES do paciente;

- b) em complemento ao item II.b da Decisão nº 3942/2018, encaminhe versão final do “Protocolo para Tratamento Cirúrgico de Neuroestimulação ou Neuromodulação Medular e de Nervos

Periféricos para Dor Crônica Refratária”, devidamente aprovada;

- IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 343/2019 – CF (e-Doc 92363377-e), pugna pelo acolhimento das sugestões alvitadas pela unidade instrutiva.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

VOTO

Nesta fase processual, analisa-se a documentação encaminhada pelo Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF em atendimento aos itens II e III da Decisão nº 3942/2018.

Inicialmente, destaco que não há divergências entre os opinativos da SEAUD e do douto Parquet. Ambos consideram parcialmente cumpridas as determinações e sugerem reiteração da parte não cumprida. Sugerem, em complemento ao item II-b da Decisão nº 3.942/2018, determinação para o encaminhamento da versão final do “Protocolo para Tratamento Cirúrgico de Neuroestimulação ou Neuromodulação Medular e de Nervos Periféricos para Dor Crônica Refratária”, devidamente aprovada.

Compulsando os autos, não vejo motivo para dissentir dos pareceres.

Pela pertinência, peço vênias para transcrever excerto da Informação nº 11/2019 – DIAUD2, que adoto como razão de decidir:

II. Análise do Atendimento das Deliberações

V Item II.a da Decisão nº 3942/2018

II – determinar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF que remeta a esta Corte (...): a) Plano de Ação com vista a aperfeiçoar o planejamento de aquisições de kits para neuroestimulação, mantendo controle da demanda da rede, das compras realizadas, da utilização efetiva e dos estoques mantidos, com registro de informações dos produtos, nome e número SES dos usuários, inclusive com previsão de troca;

Contextualização

7. Consta do Relatório Final de Inspeção (Peça 78, §34 a 49) as seguintes impropriedades anotadas durante a fiscalização e que motivaram a propositura do item de decisão em tela:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

- fragilidade dos controles do quantitativo de kits de neuroestimulação adquiridos (§34/37);
- atuação insuficiente da SES/DF em relação aos pacientes que careciam de implantação neuroestimuladores ou troca de baterias (apenas 15 dos 41 pacientes foram operados na rede pública, apesar da aquisição de 41 kits entre 2013 e 2015) (§38/40);
- ausência de planejamento gerencial e de gestão adequada da demanda reprimida dos pacientes, diante da incompatibilidade da demanda estimada e da projeção de consumo de neuroestimuladores (§41/45).

Manifestação do IHBDF

8. Em relação ao item II.a da Decisão nº 3942/2018, o IHBDF apresentou os seguintes argumentos:

“R - O Instituto Hospital de Base (IHB) é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), cuja instituição foi autorizada pela Lei Distrital no 5.899, de 03 de julho de 2017, sendo criado pelo Decreto no 38.332, de 13 de julho de 2017. Nos termos do art. 2, inciso XII, da referida lei, o Instituto aprovou, por meio da Resolução do Conselho de Administração CA/IHBDF nº 02/2017, o seu Regulamento Próprio de Compras e Contratações, que estabelece os critérios adotados pelo IHB na contratação de obras, bens e serviços, com a enfática previsão do art. 49 de que as demais leis ou normativos federais ou distritais de licitações e contratos públicos não se aplicam, nem de forma complementar ou subsidiária, ao processo de contratações do IHBDF. Assim sendo, o Hospital de Base passou a ter um novo modelo de gestão praticado pelo IHB, cuja configuração jurídico-administrativa não se submete à Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

Desta forma, a Unidade de Neurocirurgia elaborou Elemento Técnico para aquisição de neuroestimuladores na modalidade de Registro de Preços que, nos termos do art. 14 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, é o procedimento, precedido de Convocação Geral ou de Mercado Digital, adotado para cadastrar o menor preço obtido para determinado bem ou serviços definidos nos incisos I e III deste artigo, no prazo e condições estabelecidos no respectivo Ato Convocatório, viabilizando a possibilidade de sua aquisição direta na medida das necessidades, sem que esse registro importe em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado.

Atualmente, a Gerencia de Compras e Contratos do IHB procedeu à pesquisa de preços por meio do Ato Convocatório nº 117/2018 e aguarda



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

manifestação sobre a disponibilidade financeira para proceder a publicação do Registro de Preços.

Importante observar que os neuroestimuladores são utilizados em procedimentos cirúrgicos delicados e demorados, assim a unidade de neurocirurgia está aguardando finalização do processo de registro de preços para elaborar um cronograma de implantação e organização estrutural para atender a cada paciente e para evitar o perecimento dos insumos. Após a elaboração do cronograma, haverá adesão pontual aos itens da Ata para cada necessidade dos pacientes.”

Análise

9. Verifica-se que a resposta do IHBDF enfatiza assuntos tangenciais como a criação do Instituto, através do Decreto nº 38.332/2017, e as alterações ocorridas no processo de contratação de bens e serviços realizados pelo hospital, conforme disposto no art. 2º. Item XII da Lei 5899/2017, cujo Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IHBDF foi aprovado na Resolução CA/IHBDF nº 2/2017 do Conselho de Administração do órgão.

10. Salienta-se que, apesar das contratações realizadas pelo hospital realmente observarem procedimentos distintos, deixando-se de aplicar a Lei 8.666/93, os seguintes princípios permanecem válidos: publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, eficiência, julgamento objetivo das propostas, conforme critérios fixados em edital, igualdade de condições entre os participantes e garantia do contraditório e ampla defesa.

11. Noutro giro, é importante observar que as medidas determinadas neste item não estão diretamente relacionadas ao regime de contratação, sendo plenamente aplicáveis e passíveis de harmonização com as atuais normas de contratação do IHBDF. Portanto, a discussão levantada pelo Instituto não se mostra razoável visto que a determinação em tela tem como objetivo fomentar a melhoria do gerenciamento da política pública, principalmente no que tange ao planejamento das demandas e aquisições, bem como do controle da utilização dos produtos.

12. Dentre a documentação encaminhada pelo Instituto verifica-se que não foi apresentado o Plano de ação exigido, bem como não foram apontadas as medidas e instrumentos de controle empregados para gerenciar todos aspectos relacionados neste item da decisão, à exceção de menção relativa aos controles de estoque e da utilização dos produtos.

13. Quanto aos estoques o IHBDF esclarece que a aquisição dos neuroestimuladores passou a ser realizada na modalidade de Registro de Preços, definida no art. 14 do Regulamento Próprio de Contratações do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

órgão, o que viabiliza a aquisição direta na medida da necessidade de uso do produto, eliminando-se a obrigação de manutenção de estoques.

14. O IHDBF acrescenta que, para a efetiva utilização dos materiais, será elaborado cronograma de implantação e organização estrutural para atendimento dos pacientes, que depende da finalização do processo de registro de preço referente ao Ato Convocatório nº 117/2018.

15. Por outro lado, quanto aos controles da utilização dos equipamentos não se pode olvidar da necessidade de rastreabilidade dos produtos de órteses e próteses aplicados aos usuários da Rede Pública de Saúde ante à possibilidade de substituição desses dispositivos (*recall*). Para tanto, espera-se que o registro de utilização dos produtos esteja vinculado ao paciente da Rede SES, conforme requerido no item da decisão em comento.

16. Destarte, entende-se que o Tribunal deve considerar não atendida a proposição registrada no item II.a da Decisão nº 3942/2018, reiterando-a com nova redação no sentido de determinar ao IHDBF a apresentação das medidas concretas e dos instrumentos de controle empregados para fins de gerenciamento do: 1) planejamento das aquisições; 2) levantamento das demandas; 3) realização das compras; e 4) utilização dos neuroestimuladores, inclusive dos procedimentos adotados para registro das informações dos usuários destinatários dos produtos, incluindo o código SES do paciente.

VI Item II.b da Decisão nº 3942/2018

II – determinar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHDBF que remeta a esta Corte (...): b) Relatório acerca das providências adotadas com vistas ao estabelecimento de Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, nos moldes do art. 19-O, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.080/1990;

Contextualização

17. A questão da exclusividade dos produtos Medtronic e das principais diferenças entre os produtos foi objeto de avaliação no Relatório Final de Inspeção (Peça 78, §107 a 122). Foi apontado que apenas três empresas importavam e comercializavam componentes de kits de neuroestimulação no Brasil e que no período analisado apenas duas¹ empresas possuíam condições para participar do certame.

18. Também anotou-se que a compatibilidade entre o kit de neuroestimulação escolhido e as necessidades de cada paciente deve ser

¹ A saber: Dabasons (representante da Medtronic) e Delta Medical (representante da Saint Jude)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

observada para a prescrição, e que a escolha do modelo ou fabricante do neuroestimulador é resultado de diversos aspectos avaliados pelo médico assistente, fazendo-se necessária, além do estabelecimento de Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas – PDCT, a adequada fundamentação das solicitações de aquisição, em especial, quando prescrito modelo ou marca específico.

Manifestação do IHBDF

19. Em atenção ao item II.b da Decisão nº 3942/2018, o IHBDF encaminhou, anexo ao Ofício SEI-GDF nº 2724/2018-SES/HBDF, documento intitulado “Protocolo para Tratamento Cirúrgico de Neuroestimulação ou Neuromodulação Medular e de

Nervos Periféricos para Dor Crônica Refratária”, elaborado pela Câmara Técnica de Neurocirurgia Funcional e Dor da Unidade de Neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal. Esclareceu tratar-se de procedimento em fase final de aprovação, constante do Processo SEI nº 00060-00125205/2018-11.

Análise

20. Verifica-se que o documento encaminhado pelo IHBDF, embora bastante detalhado, ainda não foi definitivamente aprovado e oficializado, portanto, sugere-se considerar o item II.b da Decisão nº 3942/2018 parcialmente atendido, fazendo-se necessário determinar ao Instituto o envio ao Tribunal de cópia da versão final do Protocolo já oficialmente aprovada.

VII Item II.c da Decisão nº 3942/2018

II – determinar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF que remeta a esta Corte (...): c) Relatório de aquisições de kits de neuromodulação, constando: modalidade de seleção de fornecedores; propostas; critérios de seleção; data de aquisição; pesquisa de preço realizada; componentes; marca; preço por item; número SES do usuário (caso o dispositivo já estiver implantado), e a documentação comprobatória da publicidade dada a todas as aquisições relacionadas;

Contextualização

21. As irregularidades abrangidas pelo referido item da Decisão constam dos §21 a 32 do Relatório de Inspeção, no qual evidenciou-se:

- Ausência dos números SES referentes aos itens adquiridos nos processos listados na Tabela 01 (fls. 7/8, eDOC 2A71B97A-e);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

- Conformidade dos procedimentos de publicação das dispensas de licitação à Lei 8.666/1993;
- Oportunidade para se elevar o grau de transparência e melhorar as pesquisas e consultas, observando-se os ditames da Instrução Normativa CGDF nº 02 de 08/12/2015 e fazendo constar informações que possibilitem a melhor identificação dos bens adquiridos.

Manifestação do IHBDF

22. Em resposta à determinação constante do item II.c da Decisão nº 3942/2018, o IHBDF ofertou os seguintes esclarecimentos:

“O Instituto Hospital de Base não possui dados fidedignos sobre os procedimentos de aquisições de kits de neuromodulação realizados pela SES antes da assinatura do contrato de gestão. Contudo, conforme respondido no item II, alínea 'a', atualmente consta o Ato Convocatório nº 117/2018, na modalidade de Registro de Preços, para aquisição de kits de neuromodulação.

Importante informar que foi realizada aquisição de 03 (três) unidades de Neuroestimuladores, tendo em vista a urgente necessidade de cumprimento imediato de ordem judicial, nos autos da ação de Cumprimento Provisório da Sentença nº 0048705-53.2017.4.01.3400, que tramita perante a 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde foi deferida tutela antecipada e o Distrito Federal foi intimado a comprovar o cumprimento da decisão nos autos da Ação Civil Pública nº 446618-30.2012.4.01.3400, sob o risco de que seja efetuado o bloqueio na conta única do tesouro do Distrito Federal no montante de R\$ 4.770.000,00 (quatro milhões e setecentos e setenta mil reais), a título de astreintes por descumprimento da ordem judicial, bem como nos autos do processo judicial nº 2016.01.1.045073-3, que tramita na 4ª

Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme SEI 0002000012880/2017-49, 00060-00251414/2017-38 e 00020-00024027/2018-51.”

Análise

23. Depreende-se, do que foi alegado pelo IHBDF, que não houve aquisição regular de neuroestimuladores pelo órgão desde a assinatura do Contrato de Gestão² com a SES, julho/2017. Adicionalmente, o Instituto

² Contrato de Gestão nº 001/2018-SES/DF. Disponível em <http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2017/11/Contrato-de-Gest%C3%A3o-IHBDF.pdf> (consulta realizada em 27/03/2019)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

informa que realizou a compra emergencial de 3 (três) unidades, considerando a necessidade de cumprimento de determinação judicial.

24. Acrescenta, ainda, que se encontra em curso processo de aquisição dos dispositivos na modalidade Registro de Preço, com o Ato Convocatório nº 117/2018³, conforme já esclarecido na resposta ao item II.a da Decisão do Tribunal.

25. Em vista do exposto, entende-se que, por ora, pode ser considerado satisfatório o esclarecimento apresentado pelo IHBDF em atenção ao item II.c da Decisão nº 3942/2018, sem prejuízo de futuras averiguações quanto a novas aquisições, tendo em vista que os aspectos exigidos neste dispositivo devem ser continuamente observados pelo Instituto.

VIII **Item III da Decisão nº 3942/2018**

III – recomendar ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF que, enquanto não implementados os Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, submeta à análise e à aprovação de um colegiado de especialistas em neurocirurgia, as prescrições médicas relacionadas ao tratamento de neuromodulação, tanto com relação ao exame de compatibilidade com as necessidades do paciente quanto às indicações ou restrições de especificidades técnicas dos equipamentos envolvidos;

Contextualização

26. Similar ao apresentado nos §17 e 18 desta instrução.

Manifestação do IHBDF

27. No que se refere ao item III da Decisão nº 3942/2018, o IHBDF aduziu (fl. 2, peça 138) que as recomendações foram transmitidas à unidade competente no órgão para que sejam atendidas.

Análise

28. Tem-se por insuficiente as medidas informados pelo IHBDF, visto que a mera transmissão da recomendação não garante que a sistemática para as prescrições médicas tenha sido efetivamente alterada e que os aspectos requeridos na decisão estejam sendo cumpridos.

29. Para atendimento da Decisão em tela, entende-se que o IHBDF deveria apresentar, no mínimo, comprovação documental de que as prescrições para aquisição de neuroestimuladores emitidas posteriormente à publicação da

³ <http://ihbdf.org/wp-content/uploads/2019/01/ATO-117-ATO-CONVOCATORIO-N-117-2018-OPMENEUROESTIMULADOR-21.11.2018.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

Decisão 3942/2018, a saber 14/08/2018, foram objeto de análise e aprovação por um colegiado de especialistas.

30. Ressalta-se que tal medida tinha como objetivo reduzir os aspectos subjetivos das prescrições, evitar eventuais direcionamentos indevidos de produtos e de fornecedores/fabricantes, bem como proporcionar uma padronização mínima dos produtos adquiridos.

31. Por outro lado, por se tratar de medida paliativa e alternativa ao estabelecimento de Protocolos e Diretrizes Clínicas e Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, exigidos no item II.b da mesma decisão, sugere-se que o item III da Decisão 3942/2018 seja considerado superado, deixando-se de reiterá-lo ao IHBDF, tendo em vista que os protocolos foram elaborados, conforme fls. 4/30 da peça 38, restando pendentes apenas sua aprovação, a qual será acompanhada por esta Corte.

Conforme se verifica na análise apresentada, a maioria das medidas exigidas no âmbito da Decisão 3942/2018 não foram satisfatoriamente atendidas, apesar de algumas estarem em andamento, a exemplo da elaboração de Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação.

Em síntese, considero em relação à Decisão nº 3.942/2018:

- Não atendido o item II.a;
- Parcialmente atendido o item II.b;
- Satisfatórios os esclarecimentos prestados em atenção ao item II.c; e
- Superado o item III, em virtude das informações apresentadas quanto à elaboração dos protocolos.

Por fim, ressalto que, embora a Decisão nº 3.942/20185 tenha sido direcionada ao Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF, em razão da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

edição da Lei nº 6270/2019⁴ e do Decreto nº 39.674⁵, de 19.01.2019, as novas determinações devem ser direcionadas ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

Pelo exposto, em harmonia com o Corpo Técnico e com o douto Parquet, **VOTO** no sentido de que este egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício SEI-GDF nº 2724/2018-SES/HBDF e anexo (e-Doc C35B6505) e do Ofício SEI-GDF nº 2799/2018-SES/GAB (e-Doc 9F94B4DF), encaminhados em atendimento à Decisão nº 3942/2018;
- b) da Informação nº 11/2019 – DIAUD2 (e-Doc BD2C4584-e);
- c) do Parecer nº 343/2019 – CF (e-Doc 92363377-e);

II. considere:

- a) não atendido o item II.a da Decisão nº 3942/2018;
- b) parcialmente atendido o item II.b da Decisão nº 3942/2018;
- c) satisfatórios os esclarecimentos apresentados pelo IHBDF em atenção ao item II.c da Decisão nº 3942/2018, sem prejuízo de futuras averiguações para aferição da efetiva realização dos registros exigidos para fins de publicidade das aquisições;
- d) superado o item III da Decisão nº 3942/2018, em razão da iminência da aprovação dos Protocolos e Diretrizes Clínicas e

⁴ Alterou a nomenclatura do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (IHBDF) para Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF).

⁵ Regulamenta o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO Paulo Tadeu

Terapêuticas para o Sistema de Neuromodulação, exigidos no item II.b da Decisão nº 3942/2018;

- III. determine ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF que no prazo de 60 dias:
- a) em reiteração ao item II.a da Decisão 3942/2018, apresente as medidas concretas e os instrumentos de controle empregados para fins de gerenciamento do: 1) planejamento das aquisições; 2) levantamento das demandas; 3) realização das compras; e 4) utilização dos neuroestimuladores, inclusive dos procedimentos adotados para registro e rastreabilidade das informações dos usuários destinatários dos produtos, incluindo o código SES do paciente;
 - b) em complemento ao item II.b da Decisão nº 3942/2018, encaminhe versão final do “Protocolo para Tratamento Cirúrgico de Neuroestimulação ou Neuromodulação Medular e de Nervos Periféricos para Dor Crônica Refratária”, devidamente aprovada;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2019.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator